

Relações Étnico-Raciais na Escola

Silvana Klenk Walter¹

Resumo

Partindo de uma breve abordagem da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de Educação Básica das redes pública e privada do país, este artigo enfocará a seguir a questão da educação das relações étnico-raciais no espaço escolar. Compreendendo estar o preconceito e a discriminação contra alunos negros diretamente relacionado à baixa auto-estima, ao sentimento de inferioridade e ao fracasso escolar, é urgente o desenvolvimento de ações que visem desconstruir o mito da inferioridade do negro e levem-no a identificar-se positivamente com a sua história. Um dos recursos de difusão do racismo nas escolas, o livro didático, merece destaque especial, uma vez que, conforme apontam vários autores, vem servindo de legitimador do racismo e preconceito contra negros.

Palavras-chave: Lei 10639/03; racismo; preconceito; discriminação; relações étnico-raciais.

Abstract

After a brief approach lei 10.639/03 that mandated the teaching of History and Culture African and Afro-Brazilian in the schools of basic education in public and private in the country, this article will focus on following the issue of education relations ethnic-racial in school. Understanding being prejudice and discrimination against black students directly related to low self-esteem, feelings of inferiority and failure in school, it is urgent to develop actions aimed to deconstruct the myth of black inferiority and lead him to identify positively with its history. One of the means dissemination of racism in schools, the textbooks, deserves special attention, since, as pointed by several authors, has been serving a legitimizing racism and prejudice against blacks.

Key words: Law 10639/03, racism, prejudice, discrimination, ethnic-racial relations.

Introdução

O presente artigo pretende discorrer sobre práticas de racismo, preconceito e discriminação no contexto escolar. Há pouco tempo atrás vivíamos sob a égide de uma pretensa democracia racial onde situações como as citadas não eram reconhecidas. A ilusão de uma harmonia racial gerou o silenciamento sobre a questão. Compreendendo ser a escola um espaço democrático responsável não só pela transmissão do saber acumulado, mas também de crenças e valores, nela deve haver a valorização do indivíduo independentemente do seu pertencimento racial, religião ou crença.

1 Professora de História da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná

A Lei 10.639/03, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Brasil, representou um passo importante para a reeducação das relações raciais. Para dar suporte à implementação da lei foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Para embasar este trabalho nos valem os documentos legais: a Lei 10639/03, o Parecer 03/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais, além do próprio texto constitucional.

Reflexões importantes foram feitas a partir dos estudos de Eliane Cavalleiro (2000) que nos fala sobre a discriminação de crianças negras em sala de aula. Outra abordagem significativa foi desenvolvida a partir das pesquisas de Paulo Vinícius Baptista da Silva (2007) que faz a análise dos discursos sobre negros e brancos no livro didático. Ana Célia Silva também é referência com sua análise do negro no livro didático. Mais alguns autores que subsidiaram a construção deste artigo foram: Carlos Hasenbalg (2005), Kabengele Munanga (1999), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1996), entre outros.

1. Educação das Relações Étnico-Raciais

• Lei 10.639/03

A Lei 10.639/03, promulgada em 9 de janeiro de 2003, é considerada um marco na luta pela superação da desigualdade racial na educação pública brasileira. Ela altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) e torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica das redes pública e privada de todo o país. A lei determina que os conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira devem ser ministrados em todo o currículo escolar e, principalmente, nas áreas de arte, literatura e história do Brasil.

A Lei 10.639/03 é resultante de um longo processo de ativismo do movimento negro pela igualdade racial e social e também dos compromissos internacionais no combate ao racismo assumidos pelo governo federal. Até então as abordagens que se faziam no âmbito dos PCNs(Parâmetros Curriculares

Nacionais) ocorriam de forma genérica dando margem ao descompromisso no tratamento à temática ou reforçando os estereótipos e a folclorização do negro por abordagens equivocadas.

Contudo, verifica-se, apesar do peso institucional da Lei e sua legitimidade política e histórica, que na prática ainda se tem encontrado resistência à sua implementação. Um dos fatores que contribui para isso é a própria formação dos professores que não foi contemplada, na maioria das vezes, com o conhecimento acerca da temática, nem na graduação, nem na formação continuada.

Um documento importante que veio regulamentar a lei, foram as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, aprovadas pelo Parecer 03/04 do Conselho Nacional de Educação que no seu artigo 1º, parágrafo 2º diz: “o objetivo da educação das relações étnico-raciais é a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidades, na busca da consolidação da educação brasileira”. Sendo assim as diretrizes contribuem para a consolidação das medidas de ação afirmativa uma vez que grande parte da população brasileira desconhece as questões relativas às sociedades africanas e, sobretudo as significativas influências do povo africano na formação da sociedade. O parecer contempla questões como consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidade e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e às discriminações e discute o papel dos conselhos de educação quanto à adequação do proposto na lei bem como pelo próprio parecer, à realidade de cada sistema de ensino.

Assim sendo, a lei atende a demanda da comunidade afro-brasileira que clama por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, sobretudo no que diz respeito à educação. As políticas de reparações direcionadas para a educação dos negros devem garantir-lhes o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar de modo a poderem atuar como cidadãos responsáveis, participantes e aptos a desempenharem com qualificação uma profissão.

A demanda por reconhecimento deve levar em consideração a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade

objetivando a superação da desigualdade étnico-racial presente em todos os níveis de ensino. Também implica em questionar relações étnico-raciais típicas de uma sociedade hierárquica e desigual, ou seja, baseadas em preconceitos que desqualificam os negros salientando estereótipos, palavras e atitudes que expressam a superioridade sobre os mesmos.

Enfim, o que se espera com a efetiva implementação da lei é que os alunos negros adquiram a consciência histórica acerca da própria identidade, reconstruam sua imagem de forma positiva, superando o estigma da inferioridade que os persegue e exercendo de forma digna a sua cidadania.

2. Preconceito e discriminação racial na escola

As raízes das práticas racistas contra os negros no Brasil remontam à chegada das primeiras levas de africanos que aqui aportaram na condição de escravos. Hoje, passados mais de cem anos da abolição da escravatura, as marcas deixadas pela opressão ainda se fazem presentes sob a forma de preconceito, discriminação e exclusão social, sendo esta compreendida na sua dimensão política, econômica e cultural.

O dicionário do pensamento social do século XX nos diz que: “Qualquer conjunto de crenças que classifique a humanidade em coletividades distintas, definidas em função de atributos naturais e/ou culturais, e que organize esses atributos em uma hierarquia de superioridade e inferioridade, pode ser descrita como racista.”(p. 643)

Alguns autores apresentam a diferenciação entre preconceito racial e discriminação. Assim, classificam o preconceito racial e, até o racismo, como fenômenos de natureza subjetiva por expressarem-se através de idéias, valores e sentimentos, enquanto a discriminação racial implica numa ação de exclusão, restrição ou preferência que impede o tratamento ou acesso igualitário a direitos e oportunidades em função da cor.

O racismo está presente em todos os setores da sociedade, manifestando-se não só a nível individual, através de atos discriminatórios impetrados por indivíduos contra outros, mas também à nível institucional. O denominado Racismo Institucional vem a ser a forma mais perversa em que este

se sustenta uma vez que atua dentro das organizações, profissões, instituições educacionais e prisionais, meios de comunicação de massa, etc., de forma muitas vezes implícita, através de procedimentos que colocam pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Tentou-se camuflar a realidade das relações raciais no Brasil propagando-se a crença de que vivíamos uma democracia racial, ou seja, que aqui grupos raciais distintos coexistiam pacificamente. Essa crença desconsidera as desigualdades criadas pelas estruturas hierárquicas excludentes e afere aos negros a culpa pela própria condição gerada pela falta de competência ou de interesse. Até o final dos anos 1970 o ideal da democracia racial permaneceu praticamente sem contestação e apesar das mudanças sociais ocorridas, as desigualdades raciais permaneceram inalteradas. Somente com o processo de redemocratização do país a questão racial volta a ser pauta dos debates públicos.

De acordo com Carlos Hasenbalg (2005), “como construção ideológica, a 'democracia racial' não é um sistema desconexo de representações; está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais.” Sendo assim a imagem de harmonia étnica e racial tem um caráter legitimador voltado a dissolver tensões, bem como a prever e controlar determinadas áreas de conflito social.

Entretanto, saber que a “democracia racial” brasileira não passa de um mito estruturante da nossa sociedade não basta, cabe-nos a tarefa de atuar no sentido de criar novas relações raciais e sociais pautadas no princípio da igualdade conforme estabelece nossa Constituição Federal. Um dos espaços de manifestação de racismo, preconceito e discriminação racial é a escola.

A escola é considerada via de acesso ao conhecimento, como possibilidade de ascensão social para uma grande maioria que deseja ingressar no mercado de trabalho e sair da condição de pobreza. As expectativas dos pais com relação à escola levam-nos a crerem que esta terá uma ação transformadora na vida dos filhos garantindo-lhes o exercício pleno da cidadania, bem como o aperfeiçoamento de suas aptidões pessoais, o que garantir-lhes-á o acesso à vida em sociedade. No entanto, essas expectativas, não raro, são frustradas, sobretudo quando se trata de crianças negras. O que observa-se é que, em geral,

a escola desconsidera a pluralidade cultural presente na sala de aula e acaba direcionando sua metodologia para satisfazer as necessidades do grupo dominante, o que via de regra leva a inculcação dos valores da classe dominante. Sendo assim, o que deveria ser espaço de promoção da equidade pode converter-se em espaço de exclusão, inclusive refletindo-se em outros espaços sociais.

Apesar das condições de vida de brancos e negros terem melhorado sensivelmente nas últimas décadas, as distâncias entre esses grupos permanecem constantes, ou seja, os negros continuam em desvantagem em relação aos brancos. Com relação à escolaridade as pesquisas nos apresentam o trágico diagnóstico da realidade escolar das crianças negras, ou seja, baixo rendimento, índices de evasão e repetência superior às crianças brancas, além das populações negras representarem um percentual de 40% entre os analfabetos funcionais. Esse quadro apresenta entre seus indicadores a possível exclusão das crianças negras no espaço escolar, caracterizada pela não aceitação da mesma em função do preconceito, denotando um caso de exclusão simbólica.

Carlos Hasenbalg (2005, p. 230) conclui que as oportunidades educacionais são mais limitadas para os não-brancos que para os brancos que se enquadram na mesma origem social em função de práticas discriminatórias sutis e mecanismos racistas mais gerais e esse fato vem refletir-se na desproporcionalidade de ganhos e renda em ambos.

O cotidiano escolar traz evidências da rejeição do negro na escola. Os próprios conteúdos escolares não contemplam, na maioria das vezes, a temática da história africana, limitando o negro à condição de escravo, como se ele não tivesse outra relação social na história que não essa.

Paixão, considerando a escola como “espaço privilegiado de intervenção”, argumenta: “Ao omitir conteúdos sobre a história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço das construções ideológicas racistas”. (Paixão, 2007, p. 28)

Também é notória a ausência da figura do negro no contexto escolar, onde este não é representado nos materiais produzidos pelos próprios alunos e

professores, a menos que esteja ligado a situações não-valorativas. Cavalleiro (2005, p. 98) ressalta que ocorrem situações no espaço escolar que, silenciosamente, podem influenciar a socialização das crianças mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas e negras. Como não bastasse há ainda o preconceito e a discriminação escancarados por meio da linguagem verbal – insultos e piadas - que atingem em cheio a identidade negra caracterizando um caso de violência simbólica. A incorporação desse discurso pela criança negra poderá levá-la ao entendimento de que não é merecedora de respeito e dignidade e da mesma forma poderá ser apreendido pelas crianças brancas, fazendo-as sentirem-se superiores. Na compreensão da criança negra é preciso ser branco para corresponder às expectativas do padrão dominante. Uma vez que a criança não consegue corresponder às expectativas, experimentará uma situação de angústia e desvalorização da própria identidade, decorrendo daí que, muitas acabam introjetando o sentimento de inferioridade, avaliando-se como incapazes, submetendo-se ao não reconhecimento, vindo então a negligenciar os estudos e até abandonar a escola.

Considerando que, “é pelo olhar do outro que nos constituímos como sujeito”, inferimos que a auto-estima da criança negra está diretamente relacionada à percepção que os outros possuem dela. A dificuldade de auto-aceitação advém, portanto, dos estereótipos e toda representação negativa que se atribui ao seu grupo social. Aos poucos a criança negra vai suprimindo suas características individuais e étnicas buscando adequar-se ao padrão socialmente aceito. O racismo não é inato ao ser humano. A convivência social, seja na família, na escola ou outro lugar pode contribuir para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. Aprendizagens fundamentadas pela ausência de questionamentos acabam por serem aceitas como verdadeiras e passa a haver uma naturalização do preconceito.

Cabe aqui ressaltar um agravante desencadeado pelas manifestações de discriminação na escola no que se refere ao aspecto psíquico, diagnosticado pelo sofrimento mental que afeta as crianças afrodescendentes e que pode vir a ser um entrave ao seu pleno desenvolvimento. Segundo D' Adesky:

A aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de auto-estima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se

das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma reação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advém a discriminação e a segregação. (D' Adesky, 1997).

Refletindo a partir das palavras de D' Adesky, compreende-se que, se as escolas não estiverem atentas e desprivilegiarem discussões acerca das relações raciais, acabarão por adotar práticas e discursos que valorizam determinada ordem social, levando os alunos adaptarem-se a elas e a aceitarem como natural que desigualdades sociais e culturais são consideradas “déficits” individuais. Somando-se a isso, ao transmitir determinados padrões culturais e premiar certos tipos de atitude e comportamento, reforçam ainda a superioridade da cultura hegemônica, cujos valores passam a ser concebidos como norma social legítima a ser seguida por todos os grupos humanos.

Uma via de transmissão de preconceito e discriminação na escola não pode passar despercebido: o livro didático. O livro didático têm se constituído objeto de inúmeras pesquisas que o apontam como veiculador de estereótipos e responsável pelo fortalecimento das desigualdades no espaço escolar. Estando presente no cotidiano escolar desde as séries iniciais, esse recurso didático é, muitas vezes, o único material de leitura para a grande maioria das crianças, sendo seu conteúdo apreendido como verdade absoluta.

De acordo com Ana Célia Silva(1995, p.47), “O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto-estima”. Os livros didáticos de História geralmente representam o negro na condição de escravizado, em situação de submissão, sofrendo castigos corporais. Esse tipo de representação faz com que o aluno negro não queira identificar-se com os membros de sua etnia, sinta-se envergonhado. A formação da identidade do aluno negro acaba sendo afetada muitas vezes de forma profunda levando-o a crer que a situação de inferioridade em que a história oficial o tem representado é natural. (SILVA, 1995).

Paulo Vinícius Baptista da Silva, coordenador do NEAB, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, professor da Universidade Federal do Paraná e

pesquisador sobre desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil, nos apresenta uma síntese das formas de discriminação identificadas por diversos pesquisadores que se ocuparam da temática. Assim, por exemplo, verificou-se a superioridade numérica de personagens brancos em relação a outros grupos étnicos. Constatou-se ainda que os personagens brancos, na grande maioria das vezes, ocupavam posições sociais privilegiadas, enquanto os negros estavam em situação de pobreza ou miséria, ou então, exercendo funções socialmente desvalorizadas. Comum também foi a associação do negro à escravidão, a ausência de vínculos familiares, a estereotipização das imagens. (SILVA, 2007).

Os princípios e critérios estabelecidos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) definem que, quanto à construção de uma sociedade cidadã os livros deverão: promover positivamente a imagem de afrodescendentes e, também, a cultura afro-brasileira dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos. Para tanto, os livros destinados a professores(as) e alunos(as) devem abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando a construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.

Embora o Ministério da Educação e Cultura, através do Programa Nacional do Livro Didático, tenha tomado iniciativas para melhorar o controle dos livros didáticos a serem distribuídos para as escolas públicas, com o objetivo de evitar obras que contenham representações negativas em relação ao negro, ainda não é comum encontrarmos livros que abordem a colaboração dos negros na construção do país, incluindo aspectos positivos da história do negro no Brasil. No que se refere aos livros paradidáticos a situação mostra-se ainda pior. Raramente famílias negras ou personagens negros são protagonistas nos livros paradidáticos. Estes só se tornam protagonistas quando quando a temática é a pobreza, violência e outras mazelas sociais. Nos programas de TV, revistas e jornais não é diferente. Quando se trata dos clássicos da literatura infanto-juvenil, contos de fadas com príncipes, princesas e heróis a presença negra é praticamente nula, há o predomínio de personagens brancos e frequentemente loiros.

Rozana Teixeira (2006), em estudo realizado, procurou apontar o papel da linguagem visual dos livros didáticos e paradidáticos do ensino fundamental, no

que diz respeito à atenuação e perpetuação do racismo no Brasil. Buscando compreender qual imagem do negro no livro didático ficou mais presente na memória dos alunos, a autora constatou que “grande parte das imagens lembradas pelos alunos, apresentadas em formas de desenhos, são imagens carregadas de dor e sofrimento, são traços firmes em cores fortes, que transcendem ao sofrimento do passado, para uma situação de constrangimento no presente”. (TEIXEIRA, 2006).

Como se vê toda essa visibilidade negativa e inferiorizante que se transmite nos livros não passa despercebida pelas crianças e não pode passar despercebida pelos professores que devem trabalhar de forma crítica essas representações, desconstruindo os estereótipos que colocam o negro em posição subserviente e/ou degradante.

Sobre a atuação dos professores as palavras de Gonçalves e Silva são pontuais:

Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são. (Gonçalves e Silva, 1996:175).

Diante das colocações da autora ninguém elencaria contra-argumentos para permanecer ignorando um povo que faz parte da identidade brasileira.

3. Metodologia

O trabalho que ora elaboramos é resultante da implementação de um projeto desenvolvido durante a participação no PDE(Programa de

Desenvolvimento Educacional), do Governo do Estado do Paraná, o qual versou sobre a temática das relações étnico-raciais na escola. Diante da recomendação para que o tema de pesquisa estivesse relacionado a uma problemática da escola, nada mais pertinente.

Minha trajetória como docente tem mostrado que os alunos afrodescendentes muitas vezes enfrentam uma série de dificuldades na sua trajetória escolar expressas em última instância pelo alto índice de repetência e evasão. Analisando a situação e as implicações que estão por detrás da questão que são as práticas de preconceito e discriminação a que estes alunos são submetidos na escola, a solução foi investigar sobre as relações étnico-raciais. Afinal, quem nunca presenciou uma cena de hostilidade contra o aluno afrodescendente ou ouviu uma piadinha racista na escola? Minhas leituras apontaram o conhecimento acerca da própria identidade como uma forma do aluno afrodescendente identificar-se positivamente com suas origens e assim elevar sua auto estima. Então iniciei meu trabalho.

Uma das etapas do projeto consistiu na criação de um material didático-pedagógico. Optou-se por elaborar um OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativo), material que objetiva instrumentalizar os professores da rede em suas práticas pedagógicas. Respaldo-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo como conteúdos estruturantes, as “Relações Culturais”, como conteúdo básico, “O sujeito e sua relação com o outro no tempo: as gerações e as etnias” e como conteúdo específico “Cultura Afro-Brasileira X Relações Étnico-Raciais”, o material construído ofereceu a indicação de alguns caminhos, entre os múltiplos possíveis para o trabalho com as questões raciais no contexto escolar. A problematização do conteúdo foi sobre a necessidade da implementação efetiva da lei 10.639/03 com vistas a proporcionar ao alunado afrodescendente, através do conhecimento acerca da história, a identificação positiva com as próprias origens assim como aos demais alunos o reconhecimento da importância dos africanos para a formação do Brasil. Outro texto, “O negro no livro didático”, objetivou chamar a atenção sobre o livro didático como propagador de preconceito e discriminação racial. Ainda em outro texto discorreu-se sobre o racismo e suas formas de manifestação. Além dos textos, dentro das possibilidades que o recurso permite, apresentou-se algumas propostas de trabalho interdisciplinar, sugestão de filmes, livros e sítios.

Paralelamente à produção do material, foi desenvolvido um curso à distância, GTR (Grupo de Trabalho em Rede) onde atuou-se na tutoria, objetivando compartilhar o conhecimento com um grupo de professores da rede estadual de ensino. Na plataforma do curso disponibilizou-se o projeto elaborado para apreciação dos cursistas que postaram suas análises no diário e também participaram de discussões no fórum. Na sequência, após concluído o material didático, este também foi disponibilizado para análise. Na análise, tanto do projeto quanto do material didático, o interesse maior gerou em torno das discussões acerca da viabilidade da proposta, da troca de experiências, da sugestão de metodologias. Percebeu-se, já de início, pelo número de inscritos no curso, quarenta professores, o interesse pela temática. Os professores do Paraná não estão de braços cruzados, pelo contrário, estão buscando a formação que não tiveram na graduação.

A próxima etapa consistiu na implementação do projeto na escola que gerou em torno da discussão sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar, sendo o público-alvo, alunos da 7ª série C, do Colégio Estadual Miguel Franco Filho, do Município de Contenda. A implementação foi subsidiada pelo uso do material didático produzido. Entendendo ser a escola reprodutora de ideologias e formas de relacionamento vivenciados em outros espaços sociais, sem dúvidas é esta o local privilegiado para se intervir de modo a buscar uma transformação que se refletirá nas outras estruturas sociais. Sendo assim o trabalho realizado buscou, inicialmente, através de pesquisa quantitativa, diagnosticar a presença de práticas de racismo, preconceito e discriminação na escola bem como a percepção dos alunos sobre a reação de professores diante de casos ocorridos em sala de aula.

Uma vez conclusa a pesquisa, os dados levantados foram discutidos com os alunos e deram suporte a outras atividades desenvolvidas posteriormente, as quais enumeramos abaixo:

- Discussões a partir de vídeos e produção de cartazes

O uso de vídeos, como o documentário “A construção da igualdade” abriu nova discussão sobre a questão do racismo. Como síntese das discussões os alunos foram solicitados a produzir cartazes com frases contra o racismo. Os cartazes foram apresentados pelos alunos e a seguir expostos no mural do pátio

interno do colégio para socialização com as outras turmas.

- Análise da representação do negro no livro didático.

Considerando o papel da linguagem visual na atenuação e perpetuação do racismo no Brasil, os alunos foram orientados a realizar a análise do livro didático de História em uso. O objetivo foi mais uma vez promover a reflexão sobre os mecanismos de discriminação que vitimam os negros e afrodescendentes.

- Construção de um Blog.

A construção do Blog foi um recurso que objetivou estimular a participação dos alunos possibilitando a leitura de textos pertinentes à temática do racismo, postagem de comentários à respeito, leitura de notícias atuais sobre políticas de combate ao racismo, participação de enquete sobre cotas para negros nas universidades.

- Trabalho de pesquisa sobre vultos de descendência afro no Paraná e no Brasil.

Com vistas a valorizar a população negra e afrodescendente, o trabalho de pesquisa objetivou reconhecer vultos importantes de descendência afro em diversos setores da sociedade paranaense e brasileira.

- Leitura e discussão de reportagens.

A atividade visou informar os alunos e ao mesmo promover a reflexão sobre dados referentes à população negra e afrodescendente no Brasil, como renda, grau de escolaridade, índices de evasão/repetência.

É importante frizarmos que as atividades desenvolvidas foram uma pequena amostragem diante das múltiplas possibilidades de trabalho que a questão permite.

4. Resultados e análise

O trabalho desenvolvido objetivou investigar a percepção dos alunos quanto à presença de racismo, preconceito e discriminação em sua trajetória escolar. Para tanto fez-se uso de um questionário para quantificar algumas

questões correlatas. Dos alunos que participaram da pesquisa, 33 no total, 37% se auto-identificaram como brancos, 3% como negros e 60% como pardos. As duas primeiras questões levantadas visaram identificar, respectivamente, o posicionamento dos alunos quanto a serem racistas ou não e se já tinham presenciado situações de racismo, preconceito e discriminação na escola. As respostas vieram confirmar dados já obtidos por pesquisadores em outros espaços, ou seja, 98% dos alunos não se identificaram como racistas, porém 100% destes disseram já ter presenciado situações de racismo, preconceito e discriminação na escola. Conclui-se daí que o racismo já não é mais uma prática negada, contudo dadas as conotações políticas e moralmente negativas que o termo carrega, há resistência em se auto-reconhecer como racista, atribui-se essa prática aos outros. Na sequência, à pergunta se já tinham sofrido algum tipo de discriminação na escola devido à sua cor/raça, apurou-se que 24% já sofreram e 76% não sofreram. Aos alunos que responderam positivamente a questão anterior, perguntou-se qual foi a atitude do professor diante do ocorrido, no caso da discriminação ter acontecido em sala de aula. Os dados mostraram que em 36% dos casos o professor(a) não deu importância ao fato e em 64% dos casos o professor(a) chamou atenção do discriminador. Finalmente perguntados se achavam que os professores tratam alunos brancos e negros da mesma forma, 70% responderam que sim e 30% responderam que não.

Destacamos que a atitude omissa de professores que não dão importância a atos discriminatórios presenciados, bem como daqueles que minimizaram a situação, talvez por considerá-la um comportamento natural dentro da teia dos relacionamentos humanos, denotam um tipo de prática que afeta diretamente o desenvolvimento dos alunos negros e, indiretamente os alunos brancos que percebem certa conivência ou permissividade que os levará a reproduzir tal comportamento em outros locais. Atitudes como essas precisam ser revistas, os professores devem solidarizar-se com os alunos negros, valorizar suas reclamações, mostrar ao aluno ofensor que não concorda com sua atitude fazendo-o entendê-la como negativa. A tendência em atribuir-se a culpa nesses casos à própria vítima reforça a necessidade de estarmos preparados para lidar com situações de racismo, preconceito e discriminação na escola.

A implementação teve resultados positivos. A primeira constatação veio do desconhecimento que os alunos possuem sobre a África. Ao exibir-se uma

apresentação de slides um aluno perguntou: “Mas essa cidade é na África?” Revelou-se nos comentários que a imagem que se tem da África está ligada à pobreza, fome, doenças e animais exóticos. Quanto à questão das práticas de racismo percebeu-se a não concordância com as mesmas. As discussões feitas a partir de filmes, reportagens e a própria análise do livro didático alertou-lhes para detalhes que até então não haviam percebido, que para eles estava dentro da normalidade já que nunca tinham ligado a condição do negro no Brasil hoje ao racismo e à discriminação.

Considerações Finais

As abordagens e análises realizadas com referência à implementação da Lei 10.639/03 e as práticas de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar nos permitem vislumbrar novos rumos para a superação da situação vigente e o aprimoramento das relações étnico-raciais. No que se refere à lei, esta representa um passo fundamental dentro das políticas afirmativas. Consideramos que há limitações para sua efetivação decorrentes da formação docente, que por não ter sido contemplada na academia, ainda está em vias de formação. Para satisfazer essa necessidade hoje contamos com literatura farta, além de cursos de extensão e pós-graduação com linha temática voltada para os estudos africanos. Tão logo a capacitação docente se concretize, em um futuro próximo, a África ocupará o devido lugar ao lado dos demais continentes, livre de estigmas e preconceitos. Já com relação às práticas de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar a efetivação das propostas de superação depende de ações contínuas por parte de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O que se espera é que os educadores revejam suas metodologias e práticas pedagógicas e voltem suas atenções para o alunado afrodescendente penalizado dentro de um contexto histórico construído sobre bases eurocêntricas. As metodologias devem priorizar a análise crítica dos recursos didáticos comumente utilizados nas escolas tais como livros, textos, imagens, filmes. Embora os livros didáticos adotados nas escolas através do PNLD(Programa Nacional do Livro Didático) passem por um processo de pré-análise visando eliminar aqueles com conteúdo racista ou discriminador, formas

implícitas de racismo podem ser identificadas. Daí a necessidade de estarmos instrumentalizados a fim de analisar criticamente mensagens que reforcem a hierarquização entre os grupos raciais. A partir da compreensão de que a escola existe para atender a sociedade na qual está inserida, novas formas de convivência e respeito devem ser construídas.

Referências

BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação(CNE). Parecer 03/2004 de 10 de março do Conselho Pleno do CNE. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Cadernos Temáticos: História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais. Curitiba. SEED, 2006.

PAIXÃO DA ROCHA, Luiz Carlos. Política educacional e a lei 10.639/03: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius B.(org). **Notas de História e Cultura Afro-brasileiras**. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Ced – Centro Editorial Didático e Ceao – Centro de Estudos Afro-Orientais, 1995.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (org). **Notas de História e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.

TEIXEIRA, Rozana. **O papel da educação e da linguagem no processo de discriminação e atenuação do racismo no Brasil**. Florianópolis, 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina.